

## **APRENDIZAGEM (DES)CONECTADA: A DISCREPÂNCIA ENTRE A PROPOSTA DE ENSINO REMOTO DA SEDUC/MT E A REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM POCONÉ-MT.**

**Bruno Gonçalves dos Santos** (SEDUC/MT) – falecomobruno020@gmail.com

**Karla Rodrigues Mota** (SEDUC/MT) – karla\_mota@msn.com

**Lilian dos Santos Andrade** (SEDUC/MT) – andradelilian51@gmail.com

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

### **Resumo:**

O presente relato de experiência tem como objetivo evidenciar a incoerência da proposta de ensino remoto da SEDUC-MT e a realidade de uma escola pública estadual periférica no município de Poconé. Metodologicamente, o relato pautou-se em análises documentais e observações da prática docente durante o ensino remoto em tempos pandêmicos do segundo semestre de 2020. Observou-se uma dissonância entre a proposta de Ensino Remoto Emergencial proposta pela SEDUC-MT e a realidade da escola vivenciada. Ao longo da experiência, pôde-se concluir que o Ensino Remoto Emergencial, proposto pela SEDUC-MT acaba por excluir e negar o acesso à educação às classes menos favorecidas.

**Palavras-chave:** Pandemia. Ensino Remoto. Escola Pública. Covid-19.

### **1 Introdução**

O presente trabalho objetiva-se em apresentar um relato de experiência do ensino remoto no período da pandemia de Covid-19, com reflexões mais incisivas sobre a dissonância entre o plano de Ensino Remoto Emergencial proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (SEDUC-MT) e a vivência experienciada em quatro turmas de Ensino Fundamental II na disciplina de História em uma escola pública periférica da rede estadual situada na cidade de Poconé, interior do Mato Grosso.

Para a construção de nosso relato, inicialmente procuramos descrever de forma pontual as ações implementadas pela SEDUC-MT na escola. No segundo tópico discutimos e analisamos, dentro do possível, os impactos das referidas ações, utilizando das reflexões de Galvão e Saviani (2021) para propor alternativas às ações pedagógicas do ensino remoto imposto pela SEDUC-MT. Isto posto, justificamos a relevância deste relato, pois ao apresentar e discutir esta vivência, procuramos contribuir para o debate sobre a realidade das escolas públicas diante do "novo normal" imposto em tempos de pandemia.

### **2 Descrição da experiência**

Com o advento da intensificação das contaminações e mortes em virtude do novo coronavírus no país e no mundo, o Estado do Mato Grosso decretou medidas de isolamento social através do Decreto n.º 425 em 25 de março de 2020. Como consequência, a SEDUC-MT

tomou diversas ações orientando o desenvolvimento do ano letivo de 2020. Estas ações podem ser classificadas em dois grandes estágios: período de suspensão total das aulas e período de aulas remotas, conforme exemplifica o Quadro 1.

**Quadro 1: Ações tomadas pela SEDUC-MT no ano letivo de 2020.**

Período	Orientações da SEDUC-MT
<b>Período de suspensão total das aulas (março a julho de 2020)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criação do site “Aprendizagem Conectada”, que consistia em um repositório de apostilas, orientativos e vídeo-aulas para darem suporte aos alunos da rede durante o período de inatividade escolar.</li> <li>2. Formação continuada para os professores da rede pública estadual focada em Metodologias Ativas e Recursos Tecnológicos.</li> <li>3. Consolidação de parceria com a Microsoft para a utilização da plataforma Teams como ferramenta educacional no contexto pandêmico.</li> </ol>
<b>Período de aulas remotas (agosto a dezembro de 2020).</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientação para a que as unidades escolares elaborassem um Plano Pedagógico Estratégico (PPE) com as diretrizes para a volta às aulas não presenciais que levasse em consideração o acesso à internet pelos estudantes, classificando-os em dois grupos: <ol style="list-style-type: none"> <li>a) os alunos com boa conectividade que utilizariam a Teams para estudar de forma online;</li> <li>b) os estudantes com baixa ou nenhuma conectividade, nesse caso, os alunos estudariam pelas apostilas com orientações pelos canais de comunicação como o Whatsapp e ligações telefônicas.</li> </ol> </li> </ol>

**Fonte:** Os autores com base nos orientativos da SEDUC-MT.

Em se tratando da escola objeto deste relato de experiência, foi constatada, nos dois primeiros meses de aulas remotas (agosto e setembro), uma baixa adesão dos estudantes do 6º ao 9º ano nas duas modalidades de ensino, online e apostilada, na disciplina de História.

### 3 Análise e discussão

Nesse primeiro parágrafo, é importante deixar registrado a nossa ciência de que nos deparamos diante de uma situação de calamidade pública. Por consequência, foi necessário pensar acerca de um ensino remoto emergencial, onde deveria ser desenvolvida “uma adaptação curricular temporária como alternativa para que ocorram as atividades acadêmicas relacionadas às diversas disciplinas dos cursos” (VALENTE et al, 2020, p. 4).

Segundo nosso entendimento, todo esse período, entre o Decreto n. 425 de 25 de março de 2020 (que proíbe as aulas presenciais) e três de agosto (que retoma as aulas de forma remota), seria ideal para a SEDUC conduzir um programa robusto de auxílio à comunidade escolar e a construção democrática de formas para o funcionamento da escola levando em conta as medidas de biossegurança bem como uma formação para os professores e equipe gestora, assegurando uma adequação do ensino remoto às necessidades concretas dos estudantes de cada unidade escolar.

Contudo, na tentativa de capacitar os professores para o retorno às aulas remotas, o CEFAPRO ofereceu o curso intitulado Metodologias Ativas cuja ementa pautou-se estritamente na dimensão metodológica das aulas: focando no ensino online e na utilização de recursos tecnológicos nas aulas.

Faz-se necessário dizer que a tecnologia é importante para fomentar e fortalecer a formação dos alunos, bem como comenta Franco et al. (2020, p. 7) “queremos a tecnologia como ferramenta para promover um ensino maximamente humanizador, que torne mais potente o professor em sua atuação formativa”. No entanto, a formação realizada pela SEDUC não produziu efeito de manter ou estimular um processo formativo nos estudantes da escola em questão.

O PPE, que foi um documento elaborado sem a participação da comunidade, deveria levar em consideração a plataforma Microsoft Teams como a principal ferramenta de ensino. No entanto, pautar o ensino em uma plataforma virtual e não viabilizar acesso à internet para os estudantes, não é coerente.

Para os alunos que não possuíam internet a estratégia seria as apostilas impressas retiradas na escola. Entendemos, que era importante implementar ações de caráter pedagógico, pois ajudam a manter o vínculo dos estudantes com a escola e estimula o gosto pela aprendizagem, todavia, retirar e entregar apostilas por si só não garante o vínculo dos alunos com a escola.

De acordo com o PPP da instituição, a escola situa-se em um bairro periférico e boa parte de seus estudantes também moram em espaços da cidade que não possuem infraestrutura básica e moradias precárias. Como bem define Santos (2020, p. 18), são pessoas que “habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade”.

Dentro da realidade escolar vivenciada, ao se analisar o quantitativo de estudantes matriculados nas quatro turmas de Ensino Fundamental II, foi possível observar que a grande maioria dos alunos e responsáveis, quando questionados, “optaram” pelo ensino apostilado, conforme explicita a Tabela 1.

**Tabela 1 - Levantamento da modalidade de ensino escolhida pelos pais ou responsáveis**

<b>Turma</b>	<b>Quantidade de alunos matriculados</b>	<b>Quantidade de alunos no ensino apostilado</b>	<b>Quantidade de alunos no ensino online</b>
<b>Sexto Ano</b>	27	27	0
<b>Sétimo Ano</b>	24	23	1
<b>Oitavo Ano</b>	17	16	1
<b>Nono Ano</b>	19	17	2
<b>Total</b>	87	83	4

Fonte: Os autores com base nos dados de alunos matriculados no sistema SigEduca.

No período de planejamento das aulas remotas os estudantes puderam escolher qual forma de ensino remoto mais próxima da sua realidade, que as suas condições materiais concretas

permitem. 95,4% optaram pelo ensino apostilado. Isso já era esperado, haja vista que a maioria dos alunos possuem internet 4G ou não possuem internet.

Em relação ao ensino online, apenas 4,6% dos alunos optaram por esta modalidade. Todavia, as vídeo-aulas gravadas e postadas na Plataforma Teams não tiveram visualizações, e não houve nenhuma interação por parte dos alunos dentro do ambiente virtual. Em suma, concretamente a realidade desvelou um nível baixíssimo de adesão nas duas formas de ensino.

Mesmo com a intensa procura por contato com pais e alunos via ligações telefônicas e mensagens por WhatsApp, foram exíguas as participações via ensino remoto apostilado. Nesta proposta, os alunos retirariam mensalmente as apostilas na escola e ao final do mês fariam a devolutiva das apostilas com os exercícios resolvidos.

De acordo com a Tabela 2, a taxa de devoluções das apostilas também foram baixas e as poucas que foram devolvidas estavam com alguns rascunhos na tentativa de respondê-las ou em branco. Dos 83 alunos apostilados, 30,1% devolveram as apostilas de agosto e apenas 16,9% devolveram as apostilas de setembro.

**Tabela 2 - Levantamento das apostilas devolvidas**

<b>Turma</b>	<b>Quantidade de alunos apostilados</b>	<b>Apostilas devolvidas em Agosto</b>	<b>%</b>	<b>Apostilas devolvidas em Setembro</b>	<b>%</b>
<b>Sexto Ano</b>	27	8	29,6	2	7,4
<b>Sétimo Ano</b>	23	4	17,4	3	13,0
<b>Oitavo Ano</b>	16	5	31,3	2	12,5
<b>Nono Ano</b>	17	8	47,1	7	41,2
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>25</b>	<b>30,1</b>	<b>14</b>	<b>16,9</b>

Fonte: Os autores.

Levando em consideração a realidade escolar em análise, antes de pensar na manutenção das aulas em si, seria importante que o Estado assegurasse programas de auxílio para, de forma coletiva e democrática, construir com a comunidade escolar meios concretos e exequíveis para o funcionamento das escolas. Partindo dessa premissa, o ensino remoto emergencial colocado pela SEDUC-MT não deveria primar as ações de cunho pedagógico em detrimento das ações de cunho social.

Ao elencar uma série de proposições para a situação em que fomos atravessados, Galvão e Saviani (2021) afirmam que o ensino remoto não poderia ser considerado como a única saída para a realidade escolar, “é preciso prover as residências, em primeiro lugar, das condições de sobrevivência” (p.44). Garantido isso, em seguida os autores acrescentam que as ações dos governos devem ser construídas democraticamente com o objetivo de diagnosticar a realidade

da comunidade escolar, promover acesso à internet, e criar “espaços de encontros virtuais nas escolas, redes, objetivando promover debates sobre as crises em curso e o papel da educação”. (p. 44).

Para fins de conclusão, concordamos com Santos (2020, p. 6) ao afirmar que “a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise que a população mundial tem vindo a ser sujeita”, visto que, na realidade vivenciada, o Ensino Remoto Emergencial, proposto pela SEDUC-MT, ao contrário de incluir, acaba por excluir e negar de forma mais contundente o direito à educação às classes menos favorecidas.

#### 4 Considerações finais

De acordo como nosso relato de experiência, foi possível perceber a falta de um projeto por parte do Governo do Estado do Mato Grosso que pudesse criar concretamente condições básicas para que ocorresse o Ensino Remoto Emergencial na escola em análise. Tanto para os profissionais da educação, pois as formações tiveram um caráter meramente teórico e dissonante sobre metodologias ativas e tecnologias, quanto para estudantes, pois não houve investimentos para que eles tivessem acessos à plataforma virtual. Tal postura puramente burocrática do estado reforça ainda mais a exclusão dos menos favorecidos.

#### 5 Referências

FRANCO, A. F. et al. **Ponderações sobre o ensino escolar em tempos de quarentena: carta às professoras e professores brasileiros**. 2020. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/%20biblioteca/4050229.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021

MATO GROSSO. **Decreto n. 425, de 25 de março de 2020**. Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. Disponível em <http://www.mt.gov.br/documents/21013/135265/Di%C3%A1rio+Oficial+%2826.03%29/efde7ef9-f232-7eb1-fd9c-693b50e69284>. Acesso 22 ago 2021. Acesso 20 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. 1.ed. Coimbra: Almedina, 2020. 32 p.

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI. Dermeval. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**. a. XXXI, n. 67, p. 36 – 49, jan. 2021. Acesso em: 6 jul. 2021.

VALENTE, Geilsa S. C. et al. O ensino remoto frente às exigências do contexto da pandemia: reflexões sobre a prática docente. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020, p. 1-13. Disponível em <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8153/7109> . Acesso 19 ago 2021.